



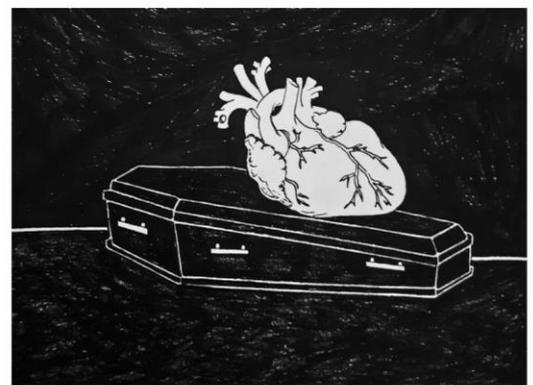
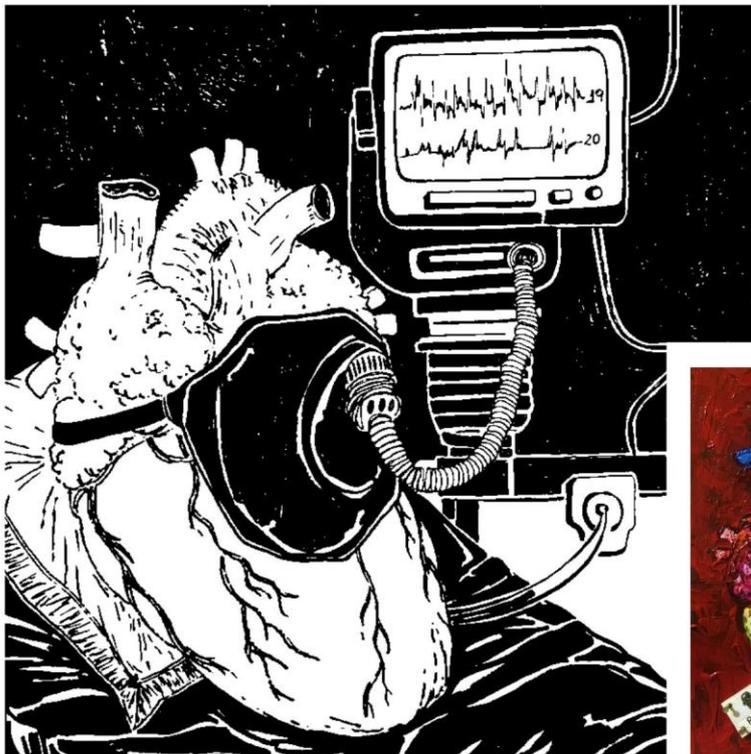
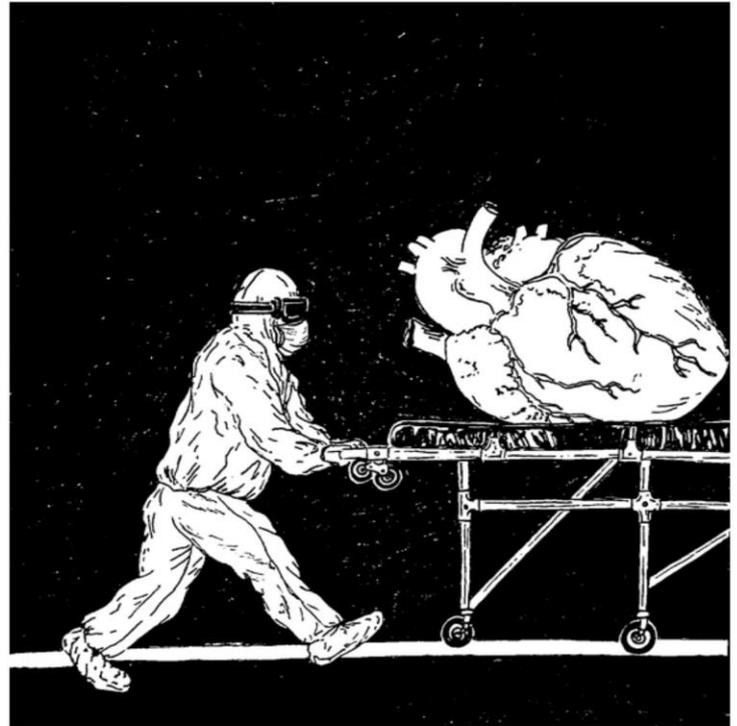
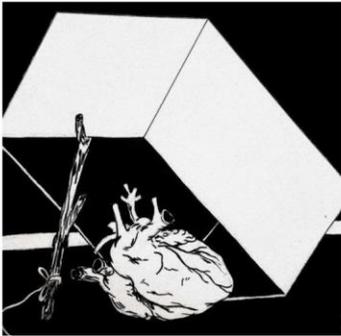
REVISTA

CULTURA, ESTÉTICA & LINGUAGENS
VOL. 07, Nº 01 - 1º SEMESTRE - 2022

ISSN 2448-1793

NOSSOS

DOSSIÊ
**Epidemias
no Brasil**
cultura e estética
das doenças



Artigos

OUTROS

As falácias...

AS FALÁCIAS SOBRE OS AVANÇOS MIDIÁTICOS NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM "FEMININA"

FALLACIES ABOUT MEDIA ADVANCES
IN THE CONSTRUCTION OF THE "FEMININE" IMAGE

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6957664>

Envio: 08/03/2022 ♦ Aceite: 21/06/2022

Gabriela Pires Herold



Acadêmica do 9º (nono) período no Curso de Direito na Universidade Evangélica de Goiás. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Direito da Universidade Evangélica de Goiás.

Mariane Morato Stival



Doutora em Direito pelo UniCEUB com estágio de doutoramento na Universidade Paris 1- Sorbonne. Pós-Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Evangélica de Goiás. Advogada internacional. Professora do Programa de Mestrado e Doutorado da UniEvangélica. Pesquisadora do NETI da Universidade de São Paulo. Membro do Conselho da Academia Brasileira de Direito Internacional. Diretora da Escola Superior de Advocacia do Estado de Goiás.

RESUMO:

Este estudo objetiva demonstrar o arcabouço midiático como parte de um sistema de poder que constrói e reproduz discursos estereotipados à serviço do assujeitamento. Desta forma, o discurso midiático, exercendo função social pedagógica, ensina a reproduzir comportamentos reificados. Todavia, esse caráter será explorado no contexto da evolução dos meios midiáticos, analisando-se como ele trouxe consigo a força necessária para que a ordem discursiva se tornasse tão poderosa a ponto de interferir na formação das características de gênero. Apesar de constituir apenas uma das ramificações microfísicas do poder exercido sobre o gênero, a mídia se torna relevante no contexto contemporâneo de difusão constante de informação e um protagonista na construção dos principais paradigmas e estereótipos de objetificação da mulher, justificados pela falsa concepção de autonomia feminina.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; Discurso; Gênero; Assujeitamento; Mulher.

ABSTRACT:

This study aims to demonstrate the media framework as part of a system of power that builds and reproduces stereotypical discourses in the service of subjection. In this way, the media discourse, exercising a pedagogical social function, teaches to reproduce reified behaviors. However, this character will be explored in the context of the evolution of the media, analyzing how it brought with it the necessary force for the discursive order to become so powerful as to interfere in the formation of gender characteristics. Despite being only one of the microphysical ramifications of the power exercised over gender, the media becomes relevant in the contemporary context of constant diffusion of information and a protagonist in the construction of the main paradigms and stereotypes of objectification of women, justified by the false conception of female autonomy.

KEYWORDS: Media; Discourse; Gender; Subjection; Woman.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A matriz identitária do ser humano sofre múltiplas influências nas mais diversas gêneses de sua formação. Debruçando-se mais atenciosamente sobre o aspecto de gênero, a formação social de um sujeito engloba a utilização dos mecanismos de controle. Dentre eles, pode-se destacar todo o arcabouço midiático, cujo alta capacidade de disseminação de informações proporcionou a ele um inegável alcance.

Nesta premissa, a mídia e suas façanhas e falácias foi capaz de preponderar sobre os conceitos sociais, inclusive os atinentes ao gênero e à feminilidade, gerando um poderoso instrumento de domesticação dos corpos. Portanto, discutir acerca desta realidade inclui a desmistificação dos tabus identitários gerados para as figuras sociais, mais especificamente, às mulheres.

Por meio da teoria *foucaultiana* atinente às relações de poder, atrelada à desconstrução da matriz de gênero proposta por Judith Butler, torna-se possível estabelecer uma conexão entre os mecanismos midiáticos e os conceitos falsos acerca da autonomia feminina.

A partir do exposto, a análise será centrada na exposição das falácias que a mídia constrói acerca do imaginário “feminino”, tais como a liberdade, autonomia, corpo, beleza etc. Para desenvolver tal empreita, analisar-se-á primeiramente como um poder se mantém dominante sobre os demais em determinado espaço de tempo, sendo um disseminador da “verdade”, atendo-se aos meios midiáticos e seu exercício de poder sob a matriz identitária¹. Posteriormente, será aprofundado de que forma essa manifestação do discurso midiático se materializa no corpo e psique da mulher, analisando como o corpo feminino é construído e utilizado por tal dispositivo. Isso inclui também a objetificação e padrões estéticos lançados como um modelo a ser incorporado. Intenta-se com essa análise, trabalhar a possibilidade de se desmistificar e desconstruir essa matriz de gênero, limitadora de nosso atual conceito de “*feminino*”.

¹ Com “matriz identitária” quer-se referir a todas as características básicas conferidas a um ser humano, como vontades, desejos, liberdades e modo de ser e agir, baseado nas definições de Foucault.

O PODER DA ORDEM DISCURSIVA SOB A PERSPECTIVA *FOUCAULTIANA*

A partir da análise das obras do filósofo francês Michel Foucault, quais sejam, *A arqueologia do saber* (2009) e *Vigiar e Punir* (1987), corroboradas com os contextos epistemológicos da análise do Discurso de Michel Pêcheux (1997), intenciona-se contribuir com a visibilidade das inúmeras formas de sujeição dos corpos femininos aos discursos nos meios de comunicação.

Partindo-se dos pressupostos da filosofia *foucaultiana*, a serem destrinchados a seguir, bem como pelos desdobramentos destes, nota-se que, no tocante a trajetória dos estudos filosóficos, fartas foram as tentativas de compreensão e explicação acerca dos acontecimentos sociais dispersos ao longo da história e as relações influentes intrínsecas a eles, analisando-se os pontos de partida e ramificações dos fatos.

Neste aspecto, a obra *Arqueologia do saber*, desenvolvida por Foucault (2009), reformula a história regular, descrita sob um novo olhar: o das discontinuidades. Isto, pois a história clássica, moldada sob os parâmetros de evolução e desenvolvimento, trouxe consigo uma fixação em reagrupar acontecimentos aleatórios para definir certa regularidade contínua aos eventos. Ao contrário disso, para Foucault, o enunciado da verdade está sempre se reagrupando e desencadeando novos efeitos de acordo com o momento histórico e a perspectiva do objeto. Foucault refere-se à produção da verdade como o “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2009, p. 133).

O chamado sistema de dispersão é quem traz essa capacidade discursiva de se abrir para outras possibilidades, conforme o momento histórico ou social promova as circunstâncias favoráveis à agregação discursiva. A volátil formação dos discursos, especialmente dentro dos dispositivos comunicativos, possibilita criar essa relação com a vida dos indivíduos conforme o contexto, permitindo um entranhamento nas camadas mais subjetivas do pensamento humano.

A formação do objeto enunciado, portanto, ocorre a partir de uma relação discursiva dominante entre instituições, processos socioeconômicos, normativos e comportamentais. O discurso é uma prática e há um conjunto de regras responsáveis por conferir a ele um nexo de regularidade num meio desalinhado.

Para Foucault (2009, p. 50): “as condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que dele se possa “dizer alguma coisa” [...] são numerosas e importantes”. O que significa que “não é fácil dizer alguma coisa nova, [...] o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo, [...] ele não preexiste a si mesmo [...], mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações”. Desta forma, passa-se a análise dos aspectos dominantes do discurso.

As condições que permitem a certos discursos aparecerem em detrimento de outros são abundantes. Uma delas está atrelada ao fato de que saber e poder estão articulados. O *status* de poder social está ligado àquele que é responsável pelo conhecimento. Ele é renovável e depende do relacionamento de elementos distintos, sejam eles novos ou pré-existentes.

A mídia é um desses elementos, assim como nós, sujeitos sociais (FOUCAULT, 2009, p. 50). As relações discursivas nestes ambientes são, portanto, quem delimitam quem pode ser o quê, como e onde. Pode-se inferir que os responsáveis pelo conhecimento e poder discursivo não se encontram externos ao discurso, como mãos que controlam uma marionete; mas sim, se encontram lado a lado com ele, intrínsecos à própria fala, como demonstrado por Foucault quando afirma que:

Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes, [...] determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los (FOUCAULT, 2009, p. 51).

Nesta premissa, entende-se o dispositivo midiático como um meio bem articulado para o exercício de tal poder, razão pela qual conquistou tamanha influência. Mais do que isso, o conteúdo midiático criou com os enunciados já formulados, uma relação de coexistência, criando e confirmando o que era dito; potencializando o seu

alcance. Ou seja, por se caracterizar como um padronizado sistema difusor de discursos estereotipados, ele é um modelo enunciativo e exerce poder estratégico tanto no momento de exclusão e alteração do discurso, num campo pré-textual e conceitual, como no de exposição discursiva propriamente dita.

Dessa forma, este dispositivo reagrupa objetos e revê conceitos, formando temas estáveis para só assim serem bem interiorizados pelos telespectadores. Por isso as verdades enunciadas soam como se fossem tão reais e entranhadas; impossíveis de se escapar. É porque foi tomado o cuidado para que elas se estabilizassem como “verdades” antes de ser internalizadas como normas por todos.

Esse segundo aspecto da dominância do discurso se relaciona aos processos de subjetivação que moldam e desmoldam o ser social. Certos acontecimentos têm maior alcance e capacidade de produzir efeitos do que outros. A isto se dá o nome Genealogia do Poder². Para Foucault (1987), ela é microfísica porque atinge todas as relações e todos os indivíduos, desde os maiores aparatos do Estado até a produtividade cotidiana. A subjetividade é o produto principal consumido pelo sujeito moderno e por isso a disseminação midiática massiva é cabal nesse processo de entranhar-se e alcançar o indivíduo.

Sob esta ótica, pode se afirmar que o alcance desta forma discursiva ganhou relevância a partir do contexto de globalização e expansão da comunicação em massa, gerando um maior poder de controle sobre um coletivo, refletindo na formação subjetiva de cada ser humano.

² O termo “Genealogia do Poder” foi cunhado por Michel Foucault em suas obras, principalmente em “Vigiar e punir” (1987). Este termo se refere ao surgimento do poder; à sua rede de ligações que possibilitaram a definição de verdades na sociedade.

A COOPERAÇÃO DA MÍDIA NO REGIME DA VERDADE

A Globalização e os avanços tecnológico-comunicativos vieram para aproximar universos e combinar multiplicidades. Todavia, a mesma globalização que intensificou as misturas foi a que produziu “estatutos de verdade” de acordo com as necessidades do mercado, para serem consumidos pela subjetividade. Dessa forma, os discursos circulantes nos dispositivos midiáticos contemporâneos tenderam a acentuar o individualismo, levando os sujeitos a uma busca desenfreada por uma imagem ideal de si mesmos.

A mídia atual é uma das máquinas de produção e reprodução identitária, inserida na rede de poderes mestiços³ que moldam o indivíduo. Segundo Rolnik (1997) a televisão e as redes sociais tornaram-se drogas viciantes ao coletivo social, que vê nas imagens sedutoras apresentadas, uma esperança de reconhecimento.

Todo processo histórico possui conflitos e lutas internas e isso certamente materializará num efeito-reflexo. Isto, porque os sistemas de informação alteram-se conforme a situação do sujeito falante. Seguindo este raciocínio, a evolução midiática trouxe ao meio social o vislumbre do que seria correto ou não e, além disso, possibilitou a legitimação de certos padrões, determinados por uma parcela limitada da sociedade, como verdades a serem seguidas pelos telespectadores.

Especialmente sob o que diz respeito ao gênero⁴, a mídia exerceu inegável influência tanto no modo como os sujeitos regulam as próprias ações quanto nos momentos em que vigiam o outro, buscando uma equivalência aos padrões lançados, corroborando para uma exteriorização de um discurso estereotipado.

Essa influência ocorre porque quem fala possui legitimidade para tal ato, excluindo, assim, outros discursos. Segundo Foucault (2009) determinados discursos, denominados discursos epistemológicos, possuem influência dentro do meio social em

³ “Poderes mestiços” é um termo cunhado por Suely Rolnik (1997), que se refere à rede de condições que fazem com que o indivíduo seja encaixado num certo conjunto de atribuições inerentes. Eles são mestiços, pois se manifestam de incontáveis maneiras e aparecem sob a forma de aparatos de controle.

⁴ Termo utilizado por Joan Scott (1990) para designar o “elemento constitutivo de relações sociais baseada na diferença entre os sexos”.

que se inserem, especificamente ao tratar acerca do que se pode definir como correto ou científico na sociedade, de maneira que “o saber não é o canteiro epistemológico que desapareceria na ciência que o realiza. A ciência (ou o que passa por tal) localiza-se em um campo de saber e nele tem um papel, que varia conforme as diferentes formações discursivas e que se modifica de acordo com suas mutações” (FOUCAULT, 2009, p. 206).

Com o conceito *foucaultiano* de discurso epistemológico é possível pontuar os níveis distintos de credibilidade dados ao conteúdo hermenêutico⁵ e ao lugar de fala de grupos sociais; sendo que os grupos dominantes são beneficiados com a coordenação da formação dos discursos. Estes possuem, portanto, poder de identidade, influenciando estruturalmente nas relações de conhecimento entre indivíduos. Dessa forma, fazem um sujeito ter um olhar filtrado sobre o outro, criando efeitos na fala e interferindo no sentido atribuído no momento da troca de informações.

Segundo Fricker (2007) no contexto de reprodução midiática, nota-se priorização aos conteúdos interpretados e compreendidos de grupos mais influentes; deixando, assim, obscurecidos os demais. O discurso exteriorizado na mídia referente ao sujeito feminino conduz ao assujeitamento; o que apenas demonstra que um discurso pleno e legitimamente feminino ainda não existe, pois o que se enuncia são apenas repetições de falas de outros, principalmente, da perspectiva masculina, legitimamente reconhecida pela cultura massiva até hoje. A mídia constrói, por meio da exposição de falácias, um universo de identidades para cada sujeito, inclusive, construindo, marcadamente, um imaginário “feminino”, e tece discursos no tocante a temas tais como a liberdade, autonomia, corpo, beleza etc.

A formação da subjetividade identitária do sujeito se relaciona diretamente à análise de como um poder se mantém dominante sobre os demais em determinado espaço de tempo, sendo um disseminador da “verdade”, de forma que os meios midiáticos exercitam uma forma de poder sob a matriz identitária dos sujeitos. Sendo assim, se torna imperioso ponderar de que forma essa manifestação do discurso

⁵ Conteúdo hermenêutico, segundo Miranda Fricker, diz respeito às interpretações e visões de mundo diferentes que cada indivíduo possui ao longo de suas experiências. A hermenêutica é, portanto, esse conteúdo exteriorizado dos sentimentos de uma pessoa perante certa situação.

mediático se materializa, de fato, no corpo e psique do indivíduo, analisando como o corpo social é construído e utilizado por tal dispositivo.

FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE IDENTITÁRIA PARA O MEIO SOCIAL

Sob esta ótica, FOUCAULT (1979) observa que certos poderes adquirem a capacidade de exercer dominância em relação a outros – como pequenas verdades estabelecidas de forma severa –. Esse domínio é exteriorizado por mecanismos de poder regulatório, que são discursos validados e transmitidos sob o controle de certos aparelhos. Ainda, ao expor a microfísica do poder como algo descontínuo, reforça que “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (FOUCAULT, 1979, p. 10).

A mídia é produto de uma materialidade da linguagem, portanto, possui capacidade de exercer poder, articulado ao discurso, sobre sujeitos sociais inseridos na história. A intensidade do poder conferido a um discurso se entrelaça justamente ao caráter imutável conferido a certas verdades e valores. Assim, um específico discurso, para ser enunciado pela mídia, necessita primeiramente ser potencializado e estabilizado por instituições que se apoderam dos mecanismos regulatórios e os põe a seu serviço. O poder em si, portanto, não existe, “o que existe são as relações e práticas sociais nas quais o poder é exercido” (FOUCAULT, 1979, p. 11).

Nesta premissa, numa tentativa de exercer essa dominância sobre o sujeito, blocos identitários são desenvolvidos, no intuito de incentivar às pessoas numa busca desenfreada por “si mesmos”. Com este intuito, há o engessamento de identidades e a mistificação sob o que se deve fazer e como deve se portar, cada corpo no meio social. Todavia, os próprios meios de comunicação, além de incentivarem uma busca por esse falso estilo singular, produzem a própria identidade engessada; constituindo um teatro com perfeitas ligações e pouco suscetível a questionamentos.

As identidades engessadas, assentadas em um frustrado ideal de liberdade, por muito tempo criaram discursos de assujeitamento sob a falsa ideia de autonomia do gosto e do comportamento. Porém, muito foi contestado acerca desse contexto e a ideia de liberdade e identidade mostrou-se falsa, por se tratar apenas de mais uma forma de controle dos indivíduos.

Uma dessas contestações, bem como a desmitificação da identidade, adveio da análise do discurso de Michel Pêcheux (1997), filósofo francês, cuja teoria denota já haver um sistema de produção para o indivíduo ser encaixado antes mesmo de ele nascer. Ou seja, o sujeito concreto é iludido ao pensar que é fonte de sua individualidade. Na verdade, existe o que Pêcheux chama de “Análise Automática do Discurso” que são normalidades responsáveis por controlar a produção do discurso, materializando-se nas virtudes atribuídas aos sujeitos e às suas transformações. Tem-se, portanto um “conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em circunstâncias dadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 74).

Ao contextualizar esses conceitos à realidade midiática, nota-se que a mídia é uma realidade social que exerce poder. Um sistema difusor de informações em contínua mudança, priorizando ora um elemento, ora outro (político, jurídico, econômico e tecnológico). O papel da imprensa, por exemplo, aparece, muitas vezes, de forma manipuladora e seus enfoques são associados às tendências disciplinares. A grande iconografia⁶ é também de extrema relevância para efetivar o trabalho de reproduzir discursos. Isto, pois pode-se notar o quanto os ícones atuais – à exemplo de *influencers* e artistas famosos – corroboram para a aceitação da verdade por quem está assistindo.

Essa aceitação do discurso sobre a formação da identidade, contudo, depende de certos fatores. Sendo o enunciado uma função, a sua pronúncia gera um *status*, dependendo das condições do tempo e do lugar de fala do indivíduo. Um simples conjunto de fonemas se torna um enunciado a partir do momento em que cria com outra coisa uma relação específica contextual e é aí que ele adquire poder de gerar efeitos.

⁶ Iconografia: “Arte e técnica de representar por imagens” (MICHAELIS, 2015).

As imagens iconográficas, conforme argumentado por Pêcheux, “correspondem a certos efeitos de sentido das condições ideológicas de reprodução\transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 1997, p. 76). Sendo assim, os meios de comunicação, ao realizarem uma descarga de informações e definições, possuem finalidade produtiva de efeitos de sentido, que oferecem aos indivíduos um caminho limitado rumo à identidade e, além disso, fortificam imagens definidas na memória social. É, portanto, um ato político com consequências históricas.

Além disso, o enunciado mantém com o sujeito relações específicas e distintas. O discurso influencia toda uma gama de práticas sociais ritualísticas e por isso afirmamos que é neste meio que se exerce o poder. Como afirma Foucault, “está antes ligado a um referencial que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades” ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados” (FOUCAULT, 2009, p. 103).

De conformidade com essa reflexão, é possível notar que, dentre outras características, as identidades especificadamente construídas a partir do binarismo⁷ existente entre homem e mulher, são também veiculadas a partir do discurso nos meios midiáticos.

É importante para a compreensão dessa influência midiática, citar que o poder, segundo Foucault (1979), por transpassar nas relações sociais em várias áreas, interfere no corpo dos indivíduos, nos gestos e gere a suas vidas, de forma a adestrá-los e controlar suas relações. A figura da mulher é então construída com o intuito de controle e domesticação, buscando a maior eficácia produtiva e aproveitamento humano possível.

Em se tratando da influência midiática sob a “feminilidade”, é possível de se notar como essas diferenças de gênero são materializadas no cotidiano, marcadas por práticas discursivas reiteradas e incisivas. O limite ocorre na relação das falas com os outros e nas condições em que se vive; por isso afirma-se que quanto mais constante é

⁷ O termo foi utilizado baseado na autora Judith Butler (2017) ao argumentar que a divisão do sexo em duas vertentes – masculino e feminino – é uma construção social e não algo natural ou inerente. Dessa forma, o binarismo diz respeito a essas atribuições sociais e cotidianas delimitadas a partir do sexo.

um enunciado, mais estável ele é. Essa relação cotidiana dá possibilidades de fala distintas dependendo da posição do sujeito no meio.

Acerca do sujeito mulher inserido no meio social, nota-se descarado sentido destorcido de suas funções e limitados espaços de fala, justamente pelo lugar em que foi colocada para ocupar. A posição social gera uma repetição estereotipada de funções e ideologias sobre o certo e errado para aquele ser social. Começa-se então um processo de autogoverno e repressão visando manter-se nesse padrão.

A MATERIALIDADE DO DISCURSO E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO FEMININO

Partindo-se do pressuposto de comunicação entre os conceitos *foucaultianos* e os da filósofa estadunidense Judith Butler, principalmente no tocante a sua obra *Corpos que pesam*; sobre os limites discursivos do “sexo” (2010), bem como o trabalho de Maria do Rosário Gregolin, *Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades* (2008), parte-se para a análise das relações de controle entre este poder discursivo-midiático e a formação do imaginário feminino.

O caráter de normatização de padrões nos meios midiáticos tem na Teoria Panóptica de Gênero de Judith Butler (2010) – adaptada a partir da Teoria Panóptica de Michel Foucault – a tradução da ideia de prisão *foucaultiana* para as normas binárias e patriarcais de feminilidade que são policiadas pelos indivíduos no meio social. Nesse sentido, os dispositivos midiáticos exercem notável influência nesse policiamento, ao garantir a normatização das classificações institucionais.

O “panóptico”, conforme afirmava Foucault em sua obra *Vigiar e punir* (1987), é um instrumento que se inicia nas instituições fechadas como presídios e escolas, mas passa a influenciar as pessoas em todo seu cotidiano. Evolui, portanto, para uma rede complexa e integrada de controle social, onde os indivíduos começam a vigiar uns aos outros e a si mesmos.

Butler (2010) toca justamente neste ponto da teoria, trazendo especificamente a matéria da feminilidade para o panóptico. Tem-se desta forma, uma normatização

integral do que seria o “feminino”, sendo constantemente reforçada e vigiada dentro do social, excluindo-se tudo aquilo que não pode ser considerado adequado à mulher.

A mídia é uma ferramenta utilizada para esse vigiar do corpo, porque a partir dos modelos enunciados pelos programas televisivos e propagandas se reforça uma imagem feminina pronta para se tornar um espelho. Este caráter panóptico, todavia, resulta de uma interposição forçada de valores, sem o efetivo consentimento dos sujeitos envolvidos. O corpo feminino foi inserido nesta rede de sentidos atribuídos visando-se controle e uma padronização forçada.

É possível de se perceber, com isto, que as ordens de saber discursivas, aparentemente tranquilas e naturalizadas, são na verdade – conforme demonstrado por Foucault e reanalisado por Butler – resultado de mudanças bruscas e confrontos quanto ao que pode efetivamente ser aceito como verdadeiro na formação dos enunciados e, conseqüentemente, dos sujeitos. Ou seja, não há um corpo puro que já não tenha sofrido uma formação material adicional. A partir do momento em que são traçadas delimitações ou significações, já se pode dizer que há uma construção constantemente gerando efeitos, limitações, recuos e opressões.

Para Butler (2010), esses efeitos são internalizados a partir de uma reiteração exaustiva, amplificada ainda mais com os dispositivos de comunicação, que constroem redes eficazes que alcançam grandes massas para consumir esses enunciados. Contudo, somente a sua repetição não seria suficiente para convencer um sujeito de que aquele caminho é o único. Por isso ela é acoplada aos valores e exemplos (criando modelos identitários para se seguir), trazendo a ideia de pertencer a certa categoria para se sentir um sujeito social.

Mediante o exposto, é possível concluir que o alcance de um discurso dominante faz com que todo corpo esteja rodeado por atribuições culturais pré-determinadas, tendo a linguagem como própria construção. A partir do momento em que se “assume” um sexo, automaticamente inicia-se um processo de identificação com uma série infinda de imperativos, representações e imagens estereotipadas.

Todavia, essa assunção já tem a sua gênese apoiada em constrangimento, uma vez que não cumpre o que é prometido. Isto porque a ideia de que se toma um gênero

a partir de uma noção reflexiva de escolha é errada. Ao contrário disso, os sujeitos são impulsionados por um aparato regulatório que se apropria da identificação e produz aquilo que ele mesmo nomeia (BUTLER, 2010). É nesse aparato regulatório que se constrói a imagem do “feminino”, tomada como a verdade de uma identidade limitante a ser reproduzida, sem a qual a mulher não pode existir socialmente. Recai sob essa ideia, portanto, a materialidade do discurso.

Para Butler (2010) é uma limitação que começa desde a infância; os tabus sexuais e de comportamento vão sendo internalizados pelas garotas. Padrões comportamentais de recato e serenidade; educação e modos, tudo influenciando e moldando uma atribuição disciplinar sustentada como natural. O sujeito em questão é, assim, aprisionado pelos próprios sistemas representacionais uma vez que a representação oferecida por eles não é autenticamente formada por mulheres.

Outro fator decisivo na construção desta representação é a reiteração com a qual o discurso se reelabora e se refina num processo que não tem fim, podendo-se afirmar que o

tornar-se da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma (BUTLER, 2010, p. 157).

Essas normas materializam toda essa carga identitária do sexo nos indivíduos, qualificando os corpos para o meio sistemático social em que se vive; rodeado por propósitos de produtividade e normatizações controláveis de padrões. O dispositivo midiático é prática normativa, uma vez que desenvolveu, ao longo do tempo, uma relação de confiabilidade com o telespectador e com isso, a capacidade de domesticá-lo (BUTLER, 2010).

Desta feita, a mídia como prática discursiva e normativa é classificada pela autora Maria do Rosário Gregolin (2007) como circulante de enunciados, que dão sentido ao indivíduo e articulado com a história e memória. Portanto, ela atinge um incontável número de pessoas e as influencia – a partir do entrelaçamento socialmente útil de mitos, imagens culturais tradicionais e integração social – a materializar em ações aquilo

que foi exposto. Isso não significa que o sujeito é descartado, apenas que ele emerge dentro de uma bolha com certas condições.

A mídia como veiculadora de discursos de gênero torna-se nítida quando expõe o seu poder de consagrar verdades e incentivar à cultura individualista da falsa autenticidade. É nesse contexto que a construção da mulher toma forma. Quando os meios de comunicação incentivam as mulheres a tomarem para si certos comportamentos e discursos dados como “normais e inerentes” à essência feminina, conseqüentemente se exclui tudo aquilo que parece questionador a essa ordem específica. O corpo social é então etiquetado e disciplinado para servir àquela subjetividade (GREGOLIN, 2008).

Com efeito, a subjetividade identitária de um sujeito social, indubitavelmente passa pelo crivo dos instrumentos discursivos utilizados pelos dispositivos de comunicação. A formação do imaginário feminino, da mesma forma, sofre influência e controle da ordem discursiva midiática, corroborando para uma mistificação acerca da existência e dignidade do corpo feminilizado. Nesta senda, essa formação discursiva geradora do senso comum social é o protagonista da materialização da violência de gênero e deslegitimação do ato de fala feminino, alcançando até mesmo o contexto de direitos humanos inerentes.

As estratégias de linguagem nos programas televisivos caracterizam o meio midiático como um local privilegiado na produção de sujeitos. Permitem, com isso, interpretações da mulher como um ser mais confessante, instável, falante e subjugada ao homem na figura de pai, irmão, marido, confessor etc.; além de reforçar a maior busca feminina por cuidados estéticos.

Neste contexto discursivo e materializado socialmente, o corpo feminino ocupa um espaço à mercê da objetificação e depreciação, de forma a ser programado para servir aos propósitos relacionados principalmente ao ponto de vista masculino. Sendo assim, por mais que exista um ideal de igualdade formal entre os corpos ocupantes do meio social, ao corpo feminino é reservado um espaço de fala limitado e rodeado por premissas incapacitantes e aprisionantes.

O corpo é reprogramado para governar-se de forma a melhor atender aos requisitos de docilidade e utilidade no mundo moderno. Os meios de comunicação em massa intensificam e ampliam essa produção de identidades e regula o uso que se deve fazer do próprio corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da intersecção entre a microfísica do poder e a formação identitária do conceito de feminilidade, pode-se verificar a sujeição do corpo da mulher por dois âmbitos principais: o da objetificação feminina, limitando suas ideias sobre o próprio corpo e furtando o conhecimento de sua sexualidade e o de delimitadores das características femininas à vida privada, como conceitos de cuidado do lar e sensibilidade. Deste modo, a figura da mulher é construída como mais uma forma de controle e influência estratégica com intenção de positivar esses estereótipos para fins comerciais e sociais.

Nota-se, portanto, que a influência midiática é fruto de uma forte rede de poder que visou priorizar certo aspecto limitante do sujeito mulher. Este poder é microfísico e se entranha em todo o dia a dia, reforçando maneiras de ser e agir cotidianas da vida da mulher. Estes padrões foram estabilizados devido a um longo processo de reconhecimento e legitimação. Sendo uma construção, esse processo possui, portanto, caráter perfeitamente mutável e reajustável, podendo, então – se reordenado para esse fim – corroborar também na própria desvinculação da imagem feminina à delimitação de suas funções.

Segundo Butler (2010), todo corpo já está efetivamente rodeado por atributos culturais materializados na linguagem e isso significa que a desestabilização desses conceitos é possível, visto que o enunciado somente alcança esse poder a partir da repetição e internalização. O que se quer dizer com isto é que a materialização dos limites do corpo é algo imposto, ou seja, não natural; razão pela qual pode ser desestabilizado pela força do próprio corpo.

Uma mente normatizada nunca se conforma completamente com as leis impostas e a instabilidade natural do ser pode se virar contra o próprio sistema, num processo de rematerialização. A assunção do corpo àquelas certas limitações pode ser reformulada assim como o vínculo a certos atributos.

Nesse sentido, tanto os dispositivos midiáticos como o sujeito podem repensar a forma de poder, estabelecendo uma cumplicidade originária na formação do “eu”. A mídia pode virar-se contra si mesma assim como a normatização do que é o certo ou errado. Dessa forma, pode emergir como uma corroborante para a possibilidade de desassimilação da condição imposta à mulher, sendo este um “poderoso fundamento de reivindicação de igualdade de direitos. [...] constituem os agentes por excelência da reorganização da sociedade” (VARIKAS, 1992, p. 27).

Não se espera que somente a consciência das mulheres mude, mas que elas possam ver a produção da verdade como um artifício que as silencia, objetifica e as diminuem enquanto pessoa de direito. Não se trata de negar a necessidade social de discursos padronizantes em certo nível, mas de demonstrar as relações que fundam verdades únicas e hegemônicas, atuantes como mecanismos de controle do sujeito feminino. A desmistificação dos atributos falaciosos sob a mulher pode ser desenvolvida mediante três aspectos.

O primeiro deles são as instituições reguladoras do conteúdo limitante ao feminino. O controle dos sistemas de poder necessita de uma maior democratização, dando maior voz ao sujeito no que diz respeito ao seu próprio corpo e subjetividade. Desta forma, um discurso legitimamente feminino pode ser construído, com mulheres falando sobre mulheres de forma desvinculada aos padrões socialmente úteis.

O segundo aspecto está no próprio dispositivo midiático – tema central deste artigo – tendo em vista que, por ser uma prática discursiva, pode utilizar esta regência de alcance a favor da desconstrução da matriz enunciada por ela mesma.

Por fim, o terceiro aspecto tem foco nos telespectadores. Neste processo de desmistificar o “feminino”, a participação dos receptores de conteúdo é de extrema importância. Isto porque a aceitação e consumo advinda do polo passivo desta relação “mídia-sujeito” é imprescindível para que o conteúdo continue a possuir força

necessária para se estabilizar. Se os sujeitos tornarem as condições sociais e históricas desfavoráveis a este tipo falacioso de discurso, certamente ele perderá força e dará lugar a uma nova formação discursiva. Nesse ponto pode-se reordenar esse conceito para um bem mais amplo e formado por mulheres.

As estratégias de linguagem corroboram para o convencimento de que aquele caminho enunciado é o único correto e para a formulação de respostas imaginárias que preencham o subjetivo feminino. O que garante que este sistema todo funcione é a sua aparente característica fixa e imutável; como algo natural e inerente à mulher.

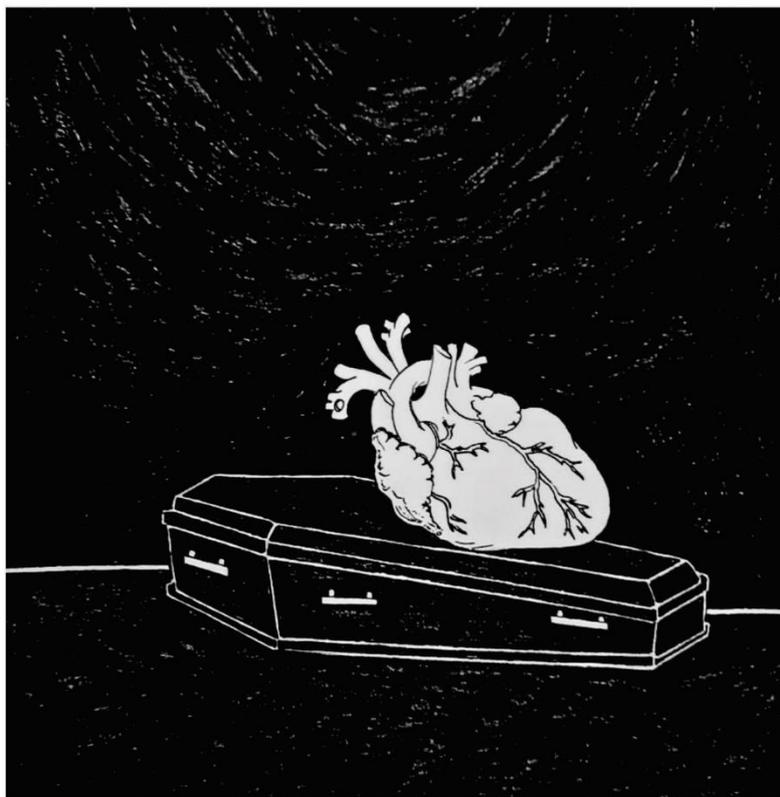
As construções são imprescindíveis aos processos sociais. O que se põe em questão ao longo deste artigo são as falácias representadas pelos avanços da humanidade sob a mulher. O que se questiona são as intenções pelas quais as matrizes se tornam possíveis e de que forma o discurso beneficia uns em detrimento de outros. Por fim, argumenta-se que certos discursos favorecem inclusões ou exclusões de uma maneira sempre conturbada e instável.

Conforme demonstrado por Foucault, a História é dinamizada e constitui uma infinidade de descontinuidades e desníveis. Assim, as afirmações de ‘como deve ser a mulher’ é uma realidade utópica, uma vez que tudo o que se diz sobre qualquer sujeito social somente existe devido às redes que fizeram esses pensamentos emergirem. Por isso mesmo é que se propõe a possibilidade de uma desconstrução dos parâmetros atuais de exibição da figura feminina nos dispositivos de comunicação. Essa busca infinda pelo estatuto do real necessita ser desmistificada para ser possível alcançar uma libertação dessas representações.

Ante ao exposto, este trabalho visa demonstrar que o aprofundamento da análise e estudo dessa questão se faz urgente, justamente pela necessidade de uma representação verídica da mulher, sem bases estereotipadas de sua condição e papel social. Por fim, a análise do instrumento discursivo midiático aponta para a historicidade das identidades, bem como para o seu caráter negociável e passageiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith P. **Corpos que pesam; sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado: pedagogia da sexualidade**. Belo Horizonte: Autentica editora, 2010. pp. 151–173.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade/** 13ª Ed. Judith Butler; Tradução, Renato Aguiar – 13ª Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASTRO, Susana de, 1967 – **Filosofia e gênero** / 1 ed – Rio de Janeiro: Letras, 2014.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV**. Estudos feministas, v. 9, n. 2, p. 586, 2001.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque Rio de Janeiro: Edição Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder: organização e tradução de Roberto Machado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.
- FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing**. Oxford University Press, 2007.
- GREGOLIN, Maria. **Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades**. Comunicação mídia e consumo, v. 4, n. 11, pp. 11-25, 2008.
- GREGOLIN, Maria. **Discurso, história e a produção de identidades na mídia**. Mídia e rede de memória, pp. 39-60, 2007.
- HOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes. 1998.
- MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** - <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/creditos/> Acesso em 30 nov. 2019.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de E. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69) IN GADET, F. HAK, T. (Org.). Por Uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- RAGO, M. **Libertar a história. Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. *Rio de Janeiro: DP&A*, 255-272, 2002.
- REYNOLDS, Jack. **Existencialismo**. Editora Vozes Limitada, 2012.
- ROLNIK, Suely. **Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas: Papirus, pp. 19-24, 1997.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990.
- SOUZA, Eloisio Moulin de et al. **A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder**. Organizações & Sociedade, v. 13, n. 36, pp. 13-25, 2006.
- VARIKAS, Eleni. **Páris. Uma metáfora da exclusão das mulheres**. Revista Brasileira de História, pp. 19-28, 1992.



Artista: Rondinelli Linhares

Da série *Porque há o direito ao grito. Então eu grito.* 2020/2022.
Marcador e nanquim sobre papel. 20x20 cm